

## **Aula 16**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

15 de Julho de 2025

# LEI FEDERAL Nº 9.099/1995 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

## Sumário

Análise Estatística .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Recomendamos a leitura de todos os Enunciados Cíveis.....	5
Questões estratégicas.....	14
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	22
Perguntas .....	22
Perguntas com respostas.....	23
Lista de Questões Estratégicas .....	27
Gabarito.....	31

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

Assunto	Grau de incidência em concursos similares
	Instituto AOC
<b>Juizados Especiais</b>	<b>13,33%</b>
Liquidação e Cumprimento de Sentença	10,00%
Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Recursos.	10,00%
Sujeitos do Processo – Partes, Procuradores - Deveres das Partes e Procuradores	8,33%
Atos Processuais	8,33%
Processo de Execução	8,33%
Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança.	8,33%
Princípios constitucionais do processo civil e Normas Processuais Cíveis.	6,67%
Jurisdição e Ação	6,67%
Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros.	5,00%
Provas – Documental e testemunhal	5,00%
Sentença e Coisa Julgada	5,00%
Procedimento Comum. Petição Inicial, Contestação, Reconvenção, Revelia.	3,33%



Tutela Provisória	1,67%
Ministério Público	0,00%
Formação, Suspensão e Extinção	0,00%
Providências Preliminares e Saneamento	0,00%

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

### LEI Nº 9.099 DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

- As Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009 disciplinaram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os Juizados Especiais Federais e os da Fazenda Pública Estaduais, Distrital e Municipais, respectivamente.
- A criação dos juizados foi prevista na CF/1988, conforme **inciso I do artigo 98**:

**Art. 98.** A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

*I - Juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;*

- A principal discussão para a sua prova se refere a aplicação do CPC/2015 a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, de forma supletiva e subsidiária.
- O artigo 1.063 do CPC/2015** estabeleceu a manutenção da competência prevista no CPC/73:

**Art. 1.063.** Até a edição de lei específica, os juizados especiais cíveis previstos na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, continuam competentes para o processamento e julgamento das causas previstas no art. 275, inciso II, da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

### Quais as competências previstas na Lei 9.099???

- ✚ Competência para conciliar, processar e julgar as causas de menor complexidade





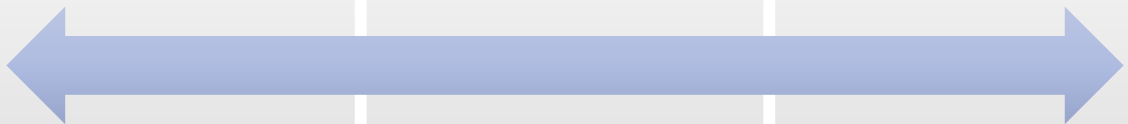
Menor do que 40  
vezes o salário  
mínimo



Ação de despejo  
para uso próprio



Ações possessórias  
que não excedam  
40 salários mínimos



### Quais as exclusões de competência previstas???

Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.



### Qual o juízo competente???

**Art. 4º** É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

*I - Do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;*

*II - Do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;*

*III - Do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.*

*Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.*

### Quais as principais alterações ocorridas com o advento do CPC/2015???

- Aplicação do efeito interruptivo aos embargos de declaração:

**Art. 50.** Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração *suspenderão* o prazo para recurso.

**Art. 50.** Os embargos de declaração *interrompem o prazo para a interposição de recurso*. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

- Contagem dos prazos em dias corridos ou úteis? Com a entrada em vigor do CPC/2015, o FONAJE, através do Enunciado 161 orientou a contagem em dias corridos, em razão da especialidade dos Juizados Especiais, posição que foi mantida pela jurisprudência até o advento da Lei 13.728/18:

**Art. 1º - A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:**

**"Art. 12-A.** Na *contagem de prazo em dias*, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, *computar-se-ão somente os dias úteis*."

- Quanto as tutelas provisórias, previstas **nos artigos 303 a 310 do CPC/2015, o Enunciado 163 do FONAJE** estabeleceu como incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais:

**ENUNCIADO 163** - Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista **nos arts. 303 a 310 do CPC/2015**, são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais.

- No tocante às espécies recursais, caberão o recurso inominado (**artigo 41**), os embargos de declaração (**artigo 48**) e o recurso extraordinário. Não há previsão do agravo de instrumento e, em observância ao princípio da taxatividade, entende-se que essa espécie recursal não é permitida no âmbito dos juizados, mesmo com o advento do CPC/2015.





### Nos Enunciados do FONAJE que tratam do CPC/2015

**ENUNCIADO 161** - Considerado o princípio da especialidade, o [CPC/2015](#) somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. [2º](#) da Lei [9.099/95](#) (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

**ENUNCIADO 162** - Não se aplica ao Sistema dos Juizados Especiais a regra do art. [489](#) do [CPC/2015](#) diante da expressa previsão contida no art. [38](#), caput, da Lei [9.099/95](#) (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

**ENUNCIADO 163** - Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. [303](#) a [310](#) do [CPC/2015](#), são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

**ENUNCIADO 164** - O art. [229](#), caput, do [CPC/2015](#) não se aplica ao Sistema de Juizados Especiais (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

### **Recomendamos a leitura de todos os Enunciados Cíveis**

ENUNCIADO 1 – O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.

ENUNCIADO 2 – Substituído pelo Enunciado 58.

ENUNCIADO 3 – Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial.

ENUNCIADO 4 – Nos Juizados Especiais só se admite a ação de despejo prevista **no art. 47, inciso III, da Lei 8.245/1991**.

ENUNCIADO 5 – A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

ENUNCIADO 6 – Não é necessária a presença do juiz togado ou leigo na Sessão de Conciliação, nem a do juiz togado na audiência de instrução conduzida por juiz leigo. (nova redação - XXXVII - Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 7 – A sentença que homologa o laudo arbitral é irrecorrível.

ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.

ENUNCIADO 9 – O condomínio residencial poderá propor ação no Juizado Especial, nas hipóteses **do art. 275, inciso II, item b, do Código de Processo Civil**.

ENUNCIADO 10 – A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.

ENUNCIADO 11 – Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.

ENUNCIADO 12 – A perícia informal é admissível na hipótese **do art. 35 da Lei 9.099/1995**.





ENUNCIADO 13 – Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando-se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 14 – Os bens que garantem a residência do devedor, desde que não essenciais à habitabilidade, são penhoráveis.

ENUNCIADO 15 – Nos Juizados Especiais não é cabível o recurso de agravo, exceto nas hipóteses **dos artigos 544 e 557 do CPC**. (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ ES).

ENUNCIADO 16 – Cancelado.

ENUNCIADO 17 – Substituído pelo Enunciado 98 (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 18 – Cancelado.

ENUNCIADO 19 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.

ENUNCIADO 21 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 22 – A multa cominatória é cabível desde o descumprimento da tutela antecipada, nos casos **dos incisos V e VI, do art 52, da Lei 9.099/1995**.

ENUNCIADO 23 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ ES).

ENUNCIADO 24 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ ES).

ENUNCIADO 25 – Substituído pelo Enunciado 144 (XXVIII FONAJE – Salvador/BA).

ENUNCIADO 26 – São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis (nova redação – XXIV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 27 – Na hipótese de pedido de valor até 20 salários mínimos, é admitido pedido contraposto no valor superior ao da inicial, até o limite de 40 salários mínimos, sendo obrigatória a assistência de advogados às partes.

ENUNCIADO 28 – Havendo extinção do processo com base **no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995**, é necessária a condenação em custas.

ENUNCIADO 29 – Cancelado.

ENUNCIADO 30 – É taxativo o elenco das causas previstas na **o art. 3º da Lei 9.099/1995**.

ENUNCIADO 31 – É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

ENUNCIADO 32 – Substituído pelo Enunciado 139 (XXVIII FONAJE – Salvador/BA).

ENUNCIADO 33 – É dispensável a expedição de carta precatória nos Juizados Especiais Cíveis, cumprindo-se os atos nas demais comarcas, mediante via postal, por ofício do Juiz, fax, telefone ou qualquer outro meio idôneo de comunicação.

ENUNCIADO 34 – Cancelado.

ENUNCIADO 35 – Finda a instrução, não são obrigatórios os debates orais.

ENUNCIADO 36 – A assistência obrigatória prevista **no art. 9º da Lei 9.099/1995** tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.

ENUNCIADO 37 – Em exegese **ao art. 53, § 4º, da Lei 9.099/1995**, não se aplica ao processo de execução o disposto **no art. 18, § 2º**, da referida lei, sendo autorizados o arresto e a citação editalícia



quando não encontrado o devedor, observados, no que couber, **os arts. 653 e 654 do Código de Processo Civil** (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 38 – A análise **do art. 52, IV, da Lei 9.099/1995**, determina que, desde logo, expeça-se o mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação, inclusive da eventual audiência de conciliação designada, considerando-se o executado intimado com a simples entrega de cópia do referido mandado em seu endereço, devendo, nesse caso, ser certificado circunstanciadamente.

ENUNCIADO 39 – Em observância **ao art. 2º da Lei 9.099/1995**, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido.

ENUNCIADO 40 – O conciliador ou juiz leigo não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.

ENUNCIADO 41 – A correspondência ou contra-fé recebida no endereço do advogado é eficaz para efeito de intimação, desde que identificado o seu recebedor (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 42 – Substituído pelo Enunciado 99 (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 43 – Na execução do título judicial definitivo, ainda que não localizado o executado, admite-se a penhora de seus bens, dispensado o arresto. A intimação de penhora observará ao disposto **no artigo 19, § 2º, da Lei 9.099/1995**.

ENUNCIADO 44 – No âmbito dos Juizados Especiais, não são devidas despesas para efeito do cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.

ENUNCIADO 45 – Substituído pelo Enunciado 75.

ENUNCIADO 46 – A fundamentação da sentença ou do acórdão poderá ser feita oralmente, com gravação por qualquer meio, eletrônico ou digital, consignando-se apenas o dispositivo na ata (nova redação – XIV Encontro – São Luis/MA).

ENUNCIADO 47 – Substituído pelo Enunciado 135 (XXVII FONAJE – Palmas/TO).

ENUNCIADO 48 – O disposto **no parágrafo 1º do art. 9º da lei 9.099/1995** é aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 49 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 50 – Para efeito de alçada, em sede de Juizados Especiais, tomar-se-á como base o salário mínimo nacional.

ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 52 – Os embargos à execução poderão ser decididos pelo juiz leigo, observado **o art. 40 da Lei nº 9.099/1995**.

ENUNCIADO 53 – Deverá constar da citação a advertência, em termos claros, da possibilidade de inversão do ônus da prova.

ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.

ENUNCIADO 55 – Substituído pelo Enunciado 76.

ENUNCIADO 56 – Cancelado.





ENUNCIADO 57 – Cancelado.

ENUNCIADO 58 (Substitui o Enunciado 2) – As causas cíveis enumeradas **no art. 275 II, do CPC** admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no próprio Juizado.

ENUNCIADO 59 – Admite-se o pagamento do débito por meio de desconto em folha de pagamento, após anuência expressa do devedor e em percentual que reconheça não afetar sua subsistência e a de sua família, atendendo sua comodidade e conveniência pessoal.

ENUNCIADO 60 – É cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, inclusive na fase de execução. (nova redação – XIII Encontro – Campo Grande/MS).

ENUNCIADO 61 – Cancelado (XIII Encontro – Campo Grande/MS).

ENUNCIADO 62 – Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o habeas corpus impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.

ENUNCIADO 63 – Contra decisões das Turmas Recursais são cabíveis somente os embargos declaratórios e o Recurso Extraordinário.

ENUNCIADO 64 – Cancelado (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).

ENUNCIADO 65 – Cancelado (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).

ENUNCIADO 66 – Cancelado (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 67 – Substituído pelo Enunciado 91.

ENUNCIADO 68 – Somente se admite conexão em Juizado Especial Cível quando as ações puderem submeter-se à sistemática da Lei 9099/1995.

ENUNCIADO 69 – As ações envolvendo danos morais não constituem, por si só, matéria complexa.

ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 71 – É cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.

ENUNCIADO 72 – Substituído pelo Enunciado 148 (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 73 – As causas de competência dos Juizados Especiais em que forem comuns o objeto ou a causa de pedir poderão ser reunidas para efeito de instrução, se necessária, e julgamento.

ENUNCIADO 74 – A prerrogativa de foro na esfera penal não afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

ENUNCIADO 75 (Substitui o Enunciado 45) – A hipótese **do § 4º, do 53, da Lei 9.099/1995**, também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exequente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do executado no Cartório Distribuidor (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 76 (Substitui o Enunciado 55) – No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.

ENUNCIADO 77 – O advogado cujo nome constar do termo de audiência estará habilitado para todos os atos do processo, inclusive para o recurso (XI Encontro – Brasília-DF).

ENUNCIADO 78 – O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia (XI Encontro – Brasília-DF).



ENUNCIADO 79 – Designar-se-á hasta pública única, se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos (nova redação – XXI Encontro- Vitória/ES).

ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (**art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995**) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL).

ENUNCIADO 81 – A arrematação e a adjudicação podem ser impugnadas, no prazo de cinco dias do ato, por simples pedido (nova redação – XXI Encontro- Vitória/ES).

ENUNCIADO 82 – Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados (XIII Encontro – Campo Grande/MS).

ENUNCIADO 83 – Cancelado (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 84 – Compete ao Presidente da Turma Recursal o juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário, salvo disposição em contrário (nova redação – XXII Encontro – Manaus/AM).

ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luis/MA).

ENUNCIADO 86 – Os prazos processuais nos procedimentos sujeitos ao rito especial dos Juizados Especiais não se suspendem e nem se interrompem (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 87 – A Lei 10.259/2001 não altera o limite da alçada previsto **no artigo 3º, inciso I, da Lei 9099/1995** (XV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 88 – Não cabe recurso adesivo em sede de Juizado Especial, por falta de expressa previsão legal (XV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 89 – A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).

ENUNCIADO 90 – A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).

ENUNCIADO 91 (Substitui o Enunciado 67) – O conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais vinculados à mesma Turma Recursal será decidido por esta. Inexistindo tal vinculação, será decidido pela Turma Recursal para a qual for distribuído (nova redação – XXII Encontro – Manaus/AM).

ENUNCIADO 92 – Nos termos **do art. 46 da Lei nº 9099/1995**, é dispensável o relatório nos julgamentos proferidos pelas Turmas Recursais (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).

ENUNCIADO 93 – Substituído pelo Enunciado 140 (XXVIII FONAJE – Salvador/BA).

ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 95 – Finda a audiência de instrução, conduzida por Juiz Leigo, deverá ser apresentada a proposta de sentença ao Juiz Togado em até dez dias, intimadas as partes no próprio termo da audiência para a data da leitura da sentença (XVIII Encontro – Goiânia/GO).

ENUNCIADO 96 – A condenação do recorrente vencido, em honorários advocatícios, independe da apresentação de contrarrazões (XVIII Encontro – Goiânia/GO).



ENUNCIADO 97 – **O artigo 475, “j”, do CPC** – Lei 11.323/2005 – aplica-se aos Juizados Especiais, ainda que o valor da multa somado ao da execução ultrapasse o valor de 40 salários mínimos (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 98 (Substitui o Enunciado 17) – É vedada a acumulação SIMULTÂNEA das condições de preposto e advogado na mesma pessoa (**art. 35, I e 36, II da Lei 8906/1994 combinado com o art. 23 do Código de Ética e Disciplina da OAB**) (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 99 (Substitui o Enunciado 42) – O preposto que comparece sem carta de preposição, obriga-se a apresentá-la no prazo que for assinado, para validade de eventual acordo, sob as penas **dos artigos 20 e 51, I, da Lei nº 9099/1995**, conforme o caso (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 100 – A penhora de valores depositados em banco poderá ser feita independentemente de a agência situar-se no Juízo da execução (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 101 – Aplica-se ao Juizado Especial o disposto **no art. 285, a, do CPC** (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 102 – O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em desacordo com Súmula ou jurisprudência dominante das Turmas Recursais ou da Turma de Uniformização ou ainda de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de cinco dias (Alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA).

ENUNCIADO 103 – O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento ao recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA).

ENUNCIADO 104 – Substituído pelo Enunciado 142 (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 105 – Cancelado (XXXIII Encontro – Cuiabá/MT).

ENUNCIADO 106 – Havendo dificuldade de pagamento direto ao credor, ou resistência deste, o devedor, a fim de evitar a multa de 10%, deverá efetuar depósito perante o juízo singular de origem, ainda que os autos estejam na instância recursal (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 107 – Nos acidentes ocorridos antes da MP 340/06, convertida na Lei nº 11.482/07, o valor devido do seguro obrigatório é de 40 (quarenta) salários mínimos, não sendo possível modificá-lo por Resolução do CNSP e/ou Susep (nova redação – XXVI Encontro – Fortaleza/CE).

ENUNCIADO 108 – A mera recusa ao pagamento de indenização decorrente de seguro obrigatório não configura dano moral (XIX Encontro – Aracaju/SE).

ENUNCIADO 109 – Cancelado (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 110 – Substituído pelo Enunciado 141 (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 111 – O condomínio, se admitido como autor, deve ser representado em audiência pelo síndico, ressalvado o disposto **no § 2º do art. 1.348 do Código Civil** (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 112 – A intimação da penhora e avaliação realizada na pessoa do executado dispensa a intimação do advogado. Sempre que possível o oficial de Justiça deve proceder a intimação do executado no mesmo momento da constrição judicial (**art.º 475, § 1º CPC**) (XX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 113 – As turmas recursais reunidas poderão, mediante decisão de dois terços dos seus membros, salvo disposição regimental em contrário, aprovar súmulas (XIX Encontro – São Paulo/SP).



ENUNCIADO 114 – A gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé (XX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 115 – Indeferida a concessão do benefício da gratuidade da justiça requerido em sede de recurso, conceder-se-á o prazo de 48 horas para o preparo (XX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 116 – O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (**art. 5º, LXXIV, da CF**), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 117 – É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 118 – Quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso interposto, a turma recursal ou o relator em decisão monocrática condenará o recorrente a pagar multa de 1% e indenizar o recorrido no percentual de até 20% do valor da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 119 – Substituído pelo Enunciado 147 (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 120 – A multa derivada de descumprimento de antecipação de tutela é passível de execução mesmo antes do trânsito em julgado da sentença (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 121 – Os fundamentos admitidos para embargar a execução da sentença estão disciplinados **no art. 52, inciso IX, da Lei 9.099/95 e não no artigo 475-L do CPC**, introduzido pela Lei 11.232/05 (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 122 – É cabível a condenação em custas e honorários advocatícios na hipótese de não conhecimento do recurso nominado (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 123 – **O art. 191 do CPC** não se aplica aos processos cíveis que tramitam perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 124 – Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais em mandado de segurança não cabe recurso ordinário (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 125 – Nos juizados especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese **do art. 46 da Lei nº 9.099/1995**, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário (XXI Encontro – Vitória/ES).

ENUNCIADO 126 – Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbado ou retido pela secretaria (XXIV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 127 – O cadastro de que trata **o art. 1.º, § 2.º, III, “b”, da Lei nº. 11.419/2006** deverá ser presencial e não poderá se dar mediante procuração, ainda que por instrumento público e com poderes especiais (XXIV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 128 – Além dos casos de segredo de justiça e sigilo judicial, os documentos digitalizados em processo eletrônico somente serão disponibilizados aos sujeitos processuais, vedado o acesso a consulta pública fora da secretaria do juizado (XXIV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 129 – Nos juizados especiais que atuem com processo eletrônico, ultimado o processo de conhecimento em meio físico, a execução dar-se-á de forma eletrônica, digitalizando as peças necessárias (XXIV Encontro – Florianópolis/SC).





ENUNCIADO 130 – Os documentos digitais que impliquem efeitos no meio não digital, uma vez materializados, terão a autenticidade certificada pelo Diretor de Secretaria ou Escrivão (XXIV Encontro – Florianópolis/SC).

ENUNCIADO 131 – As empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais (XXV Encontro – São Luís/MA).

ENUNCIADO 132 – Substituído pelo Enunciado 144 (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 133 – O valor de alçada de 60 salários mínimos previsto **no artigo 2º da Lei 12.153/09**, não se aplica aos Juizados Especiais Cíveis, cujo limite permanece em 40 salários mínimos (XXVII Encontro – Palmas/TO).

ENUNCIADO 134 – As inovações introduzidas **pelo artigo 5º da Lei 12.153/09** não são aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/95) (XXVII Encontro – Palmas/TO).

ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47) – O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO).

ENUNCIADO 136 – O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).

ENUNCIADO 137 – Enunciado renumerado como nº 8 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).

ENUNCIADO 138 – Enunciado renumerado como nº 9 da Fazenda Pública (XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ).

ENUNCIADO 139 (substitui o Enunciado 32) – A exclusão da competência do Sistema dos Juizados Especiais quanto às demandas sobre direitos ou interesses difusos ou coletivos, dentre eles os individuais homogêneos, aplica-se tanto para as demandas individuais de natureza multitudinária quanto para as ações coletivas. Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil coletiva, remeterão peças ao Ministério Público e/ou à Defensoria Pública para as providências cabíveis (Alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA).

ENUNCIADO 140 (Substitui o Enunciado 93) – O bloqueio on-line de numerário será considerado para todos os efeitos como penhora, dispensando-se a lavratura do termo e intimando-se o devedor da constrição (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 142 (Substitui o Enunciado 104) – Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 143 – A decisão que põe fim aos embargos à execução de título judicial ou extrajudicial é sentença, contra a qual cabe apenas recurso nominado (XXVIII Encontro – Salvador/BA).

ENUNCIADO 144 (Substitui o Enunciado 132) – A multa cominatória não fica limitada ao valor de 40 salários mínimos, embora deva ser razoavelmente fixada pelo Juiz, obedecendo ao valor da obrigação principal, mais perdas e danos, atendidas as condições econômicas do devedor (XXVIII Encontro – Salvador/BA).



ENUNCIADO 145 – A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 146 – A pessoa jurídica que exerça atividade de factoring e de gestão de créditos e ativos financeiros, excetuando as entidades descritas **no art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 9.099/95**, não será admitida a propor ação perante o Sistema dos Juizados Especiais (**art. 3º, § 4º, VIII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**) (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 147 (Substitui o Enunciado 119) – A constrição eletrônica de bens e valores poderá ser determinada de ofício pelo juiz (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 148 (Substitui o Enunciado 72) – Inexistindo interesse de incapazes, o Espólio pode ser parte nos Juizados Especiais Cíveis (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 149 – Enunciado renumerado como nº 2 da Fazenda Pública (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 150 – Enunciado renumerado como nº 3 da Fazenda Pública (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 151 – Cancelado (XXIX FONAJE – Bonito/MS).

ENUNCIADO 152 – Enunciado renumerado como nº 5 da Fazenda Pública (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 153 – Enunciado renumerado como nº 6 da Fazenda Pública (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 154 – Enunciado renumerado como nº 1 da Fazenda Pública (XXIX Encontro – Bonito/MS).

ENUNCIADO 155 – Admitem-se embargos de terceiro, no sistema dos juizados, mesmo pelas pessoas excluídas pelo parágrafo primeiro **do art. 8 da lei 9.099/95 (XXIX Encontro – Bonito/MS)**.

ENUNCIADO 156 – Na execução de título judicial, o prazo para oposição de embargos flui da data do depósito espontâneo, valendo este como termo inicial, ficando dispensada a lavratura de termo de penhora (XXX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 157 – O disposto **no artigo 294 do CPC** não possui aplicabilidade nos Juizados Especiais Cíveis, o que confere ao autor a possibilidade de aditar seu pedido até o momento da AIJ (ou fase instrutória), sendo resguardado ao réu o respectivo direito de defesa (XXX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 158 – Cancelado (XXXIII Encontro – Cuiabá/MT).

ENUNCIADO 159 – Não existe omissão a sanar por meio de embargos de declaração quando o acórdão não enfrenta todas as questões arguidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso (XXX Encontro – São Paulo/SP).

ENUNCIADO 160 – Nas hipóteses **do artigo 515, § 3º, do CPC**, e quando reconhecida a prescrição na sentença, a turma recursal, dando provimento ao recurso, poderá julgar de imediato o mérito, independentemente de requerimento expresso do recorrente.

ENUNCIADO 161 - Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos **no art. 2º da Lei 9.099/95**.

ENUNCIADO 162 - Não se aplica ao Sistema dos Juizados Especiais a regra **do art. 489 do CPC/2015** diante da expressa previsão contida **no art. 38, caput, da Lei 9.099/95**.

ENUNCIADO 163 - Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista **nos arts. 303 a 310 do CPC/2015**, são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais.

ENUNCIADO 164 - **O art. 229, caput, do CPC/2015** não se aplica ao Sistema de Juizados Especiais.

ENUNCIADO 165 - Nos Juizados Especiais Cíveis, todos os prazos serão contados de forma contínua (XXXIX Encontro - Maceió-AL).





ENUNCIADO 166 - Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL).

ENUNCIADO 167 - Não se aplica aos Juizados Especiais a necessidade de publicação no Diário Eletrônico quando o réu for revel - **art. 346 do CPC** (XL Encontro - Brasília-DF).

ENUNCIADO 168 - Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto **no artigo 1.007 do CPC 2015**

(XL Encontro - Brasília-DF).

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1. (Instituto AOCF/2024/Técnico Judiciário/TRF 2ª Região) Fernando, médico, pretende propor ação em face de Tuane, nutricionista, para a cobrança de obrigação não paga no prazo fixado. O valor da dívida é de R\$ 1.000 (mil reais), conforme indicado na nota promissória. Com base nessas informações, Fernando poderá propor ação no**

- A) Juizado Especial Cível.
- B) Juizado Especial Federal Cível.
- C) Juizado Especial da Fazenda Pública.
- D) Tribunal Regional Federal.
- E) Tribunal Regional do Trabalho.

### Comentários

Está correta a letra A, posto que reflete o mandamento previsto no art. 3º, I, da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

**Gabarito: Letra A.**



**2. (FCC/2023/ TRT 18ª Região/Técnico Judiciária/Agente da Polícia Judicial) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. A competência do Juizado Especial Cível, entre outras hipóteses, na forma da Lei nº 9.099/1995, é das causas cujo valor não EXCEDA a**

- A) 30 vezes o salário-mínimo.
- B) 10 vezes o salário-mínimo.
- C) 25 vezes o salário-mínimo.
- D) 40 vezes o salário-mínimo.
- E) 20 vezes o salário-mínimo.

### Comentários

Está certa a letra D, posto que se enquadra aos ditames do art. 3, I, da Lei 9.099/95. Veja:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

**Gabarito: Letra D.**

**3. (FCC/2025/TRT 6ª Região PE/Analista Judiciário/Área Judiciária) Antônia contratou pacote de viagem com determinada empresa de turismo. A empresa deixou de cumprir o contrato, frustrando a viagem internacional que seria realizada por Antônia. Em razão disso, Antônia ajuizou ação de indenização com valor da causa superior a 40 salários-mínimos para reparação dos danos materiais e morais suportados. Sabendo que, voluntariamente, Antônia optou por ajuizar a ação perante o Juizado Especial Cível — JEC em razão da celeridade do rito processual, de acordo com a Lei nº 9.099/1995, a ação deverá seguir o rito**

- A) sumaríssimo, importando em renúncia ao crédito excedente, excetuada a hipótese de conciliação.
- B) ordinário, perante o Juizado Especial Cível, importando em renúncia ao crédito excedente, inclusive na hipótese de conciliação.
- C) sumaríssimo, porém encaminhando-se os autos à Vara Cível competente.
- D) ordinário, encaminhando-se os autos à Vara Cível competente.
- E) sumaríssimo, importando em renúncia ao crédito excedente, inclusive na hipótese de conciliação.



## Comentários

Letra A – **Certa**. De acordo com o que prescreve o art. 3, I, § 3, da Lei 9.099/95:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Letra B – **Errada**. A ação deve seguir o rito sumaríssimo e não ordinário, conforme acima exposto.

Letra C – **Errada**. Antônio optou pelo rito sumaríssimo, no Juizado Especial Cível, o que deve ser respeitado.

Letra D – **Errada**. Como exposto acima, Antônio optou pelo rito sumaríssimo, no Juizado Especial Cível, o que deve ser respeitado.

Letra E – **Errada**. Na hipótese de conciliação não há renúncia ao crédito excedente. Veja:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

**Gabarito: Letra A.**

---

4. (FCC/2025/ TRT 6ª Região/Técnico Judiciário/Agente da Polícia Judicial) De acordo com o teor da Lei nº 9.099/1995, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela(o) ( I ). para ( II ), nas causas de sua competência. Preenchem, cometa e respectivamente, as lacunas I e II:

- A) União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados - processo e julgamento, apenas
- B) União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados - conciliação, processo, julgamento e execução
- C) Estado, privativamente - conciliação, processo, julgamento e execução
- D) Distrito Federal e pelos Territórios - conciliação, processo e julgamento, apenas



E) União, no Distrito Federal, e pelos Estados - julgamento e execução, apenas

### Comentários

Está correta a letra B, visto que se mostra em consonância com o art. 1 da lei em análise:

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

**Gabarito: Letra B.**

---

### 5. (FCC/2024/ TRT 11ª Região/Analista Judiciário) Segundo o disposto na Lei nº 9.099/1995, podem figurar como parte autora no Juizado Especial Cível

- A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- B) os menores de 16 anos.
- C) os insolventes civis.
- D) os presos.
- E) as pessoas jurídicas de direito público.

### Comentários

A alternativa A está correta, por força do disposto no art. 8, § 1, IV, da Lei dos Juizados Especiais:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do *art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001*.

**Gabarito: Letra A.**

---

### 6. (FCC/2024/CETESB/Advogado) Marcelo é professor universitário e pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é de sessenta vezes o salário-mínimo, que é o que ele deseja receber. Letícia é advogada e pretende propor uma ação de despejo para uso próprio. Amaury, que cometeu um crime quando tinha 20 anos e permanece preso até o



**momento, pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é quarenta vezes o salário-mínimo. Considerando apenas as informações fornecidas, com base na Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), perante o Juizado Especial Cível competente**

- A) pode propor ação apenas Amaury.
- B) pode propor ação apenas Marcelo.
- C) podem propor ação Marcelo, Letícia e Amaury.
- D) pode propor ação apenas Letícia.
- E) podem propor ação apenas Marcelo e Amaury.

### Comentários

A assertiva D está correta. Conforme demonstrado no enunciado, a ação de Marcelo excederia o limite permitido no Juizado Especial Cível, cujo limite são 40 salários mínimos.

Letícia poderá propor sua ação junto ao JEC normalmente.

Amaury está preso, sendo vedada proposição de ação nos JECs, no presente caso.

Observe o que diz a Lei 9.099/95 sobre o presente cenário:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

III - a ação de despejo para uso próprio;

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

### Gabarito: Letra D.

**7. (FCC/2024/ TRF 3ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Alice conduzia seu veículo. em determinada rodovia federal, em velocidade superior é permitida. sendo parada em posto da policia rodoviária federal e multada pelo agente federal que ali trabalhava. Neste momento, passou a ofende-lo verbalmente em razão da função. Alice foi conduzida à repartição pública competente para lavratura de Termo Circunstanciado objetivando apuração de crime, em tese, de desacato. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, após a colheita de todas as informações necessárias e, por não fazer jus a qualquer benefício, em razão de possuir péssimos antecedentes e ser reincidente, Alice é denunciada pelo Ministério Público Federal pelo crime do artigo 331, do Código Penal (desacato), seguindo-se o rito do procedimento**



**sumaríssimo previsto na lei nº 9.099/1995 (art. 1º da Lei nº 10.259/2001). O Magistrado competente, em decisão fundamentada, rejeita a denúncia apresentada pelo Parquet. Nesse caso, Inconformado, o Ministério Público Federal poderá interpor**

- A) recurso inominado, no prazo de 5 dias.
- B) apelação, no prazo de 5 dias.
- C) apelação, no prazo de 10 dias.
- D) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- E) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

### Comentários

A letra C está correta. É o que estabelece o art. 82, § 1º, da Lei 9.099/95:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

**Gabarito: Letra C.**

---

### **8. (FCC/2019/TRF 4ª REGIÃO/Técnico Judiciário) Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:**

- A) São regidos pela Lei nº 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
- B) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- C) Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.
- D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.
- E) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.





## Comentários

Letra A – **Errada**. Aplicabilidade prevista no art. 1 da Lei nº 10.259/2001:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*.

Letra B – **Errada**. O valor no presente caso é de 60 salários mínimos, nos termos do art. 3 da presente lei:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

Letra C – **Errada**. Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como rés. Veja:

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na *Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996*;

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Letra D – **Errada**. O art. 3, § 3, da Lei nº 10.259/2001, estabelece que a competência é absoluta. Observe:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Letra E – **Certa**. Ordem expressa no art. 3, § 1, III, da lei em análise:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

**Gabarito: Letra E.**



**9. (FCC/2019/TRF 3ª REGIÃO/Técnico Judiciário) De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, com algumas exceções. NÃO são excluídas da competência do Juizado Especial Federal Cível as ações**

- A) de mandado de segurança.
- B) que versarem sobre bens imóveis da União.
- C) que versarem sobre direitos ou interesses difusos.
- D) de desapropriação de bens móveis.
- E) para a anulação de lançamento fiscal.

### Comentários

A alternativa E está certa, conforme se infere da análise do art. 3, § 1, I, II, III e IV da Lei nº 10.259/2001:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no *art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal*, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

**Gabarito: Letra E.**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Quais são os critérios que orientam o processo em trâmite perante o Juizado Especial?  
\_\_\_\_\_
2. Pode-se afirmar que o autor sempre poderá escolher o domicílio de propositura da ação?  
\_\_\_\_\_
3. No âmbito dos juizados permite-se a atuação de juízes leigos. Questiona-se se eles poderão exercer concomitantemente a atividade da advocacia?  
\_\_\_\_\_
4. Quem são os impedidos de serem parte no processo perante os juizados especiais?  
\_\_\_\_\_
5. É correto afirmar que no âmbito dos juizados o juiz deverá, necessariamente, declarar a nulidade dos atos processuais sempre que arguida por uma das partes em observância ao contraditório e a ampla defesa?  
\_\_\_\_\_
6. É vedado no âmbito dos juizados formular pedido genérico sob pena de indeferimento da inicial?  
\_\_\_\_\_
7. É permitida a instauração de juízo arbitral no âmbito dos juizados especiais?  
\_\_\_\_\_
8. Qual a defesa do executado nos autos da execução?  
\_\_\_\_\_
9. Sendo permitido pedido genérico, também se permitirá sentença ilíquida?  
\_\_\_\_\_
10. Qual o efeito atribuído ao recurso inominado?  
\_\_\_\_\_
11. Permite-se, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, o deferimento de medidas cautelares ou elas são incompatíveis com a Lei?  
\_\_\_\_\_
12. Admite-se interposição de recurso contra decisões interlocutórias?  
\_\_\_\_\_
13. Como se dão as intimações?  
\_\_\_\_\_



14. As decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Federais estão sujeitas ao reexame necessário?

15. Há previsão para uniformização de jurisprudência?

16. Como se dará o cumprimento de sentença em obrigação de fazer e em obrigação de pagar quantia certa?

## Perguntas com respostas

1. Quais são os critérios que orientam o processo em trâmite perante o Juizado Especial?

- ✓ Oralidade
- ✓ Simplicidade
- ✓ Informalidade
- ✓ Economia processual e
- ✓ Celeridade

**Art. 2º** O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

2. Pode-se afirmar que o autor sempre poderá escolher o domicílio de propositura da ação?

Não. O autor ao propor a ação deverá observar as regras previstas **no artigo 4º, da Lei 9.099/95**, não podendo, por exemplo, escolher o seu próprio domicílio, se não estiver previsto na lei. Mas atenção, o autor poderá, em qualquer hipótese, escolher o domicílio do réu:

**Art. 4º** É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - Do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - Do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - Do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

3. No âmbito dos juizados permite-se a atuação de juízes leigos. Questiona-se se eles poderão exercer concomitantemente a atividade da advocacia?

Não, os juízes leigos estão impedidos de exercer a advocacia:



**Art. 7º** Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

**Parágrafo único.** Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

#### 4. Quem são os impedidos de serem parte no processo perante os juizados especiais?

- ✓ Incapazes
- ✓ Preso
- ✓ Pessoas jurídicas de direito público
- ✓ Empresas públicas da União
- ✓ Massa falida
- ✓ Insolvente civil

**Art. 8º** Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

**§ 1º** Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:

*I - As pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;*

*II - As pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma **da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006***

*III - As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;*

*IV - As sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos **do art. 1º da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.***

**§ 2º** O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

#### 5. É correto afirmar que no âmbito dos juizados o juiz deverá, necessariamente, declarar a nulidade dos atos processuais sempre que arguida por uma das partes em observância ao contraditório e a ampla defesa?

Não. O juiz apenas declarará a nulidade quando houver prejuízo:

**Art. 13.** Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados **no art. 2º** desta Lei.

**§ 1º** Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

#### 6. É vedado no âmbito dos juizados formular pedido genérico sob pena de indeferimento da inicial?



Não. Permite-se que seja formulado pedido genérico quando não for possível determinar a extensão da obrigação:

**Art. 14.** *O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.*

**§ 2º.** *É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.*

## 7. É permitida a instauração de juízo arbitral no âmbito dos juizados especiais?

Sim. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar pelo juízo arbitral:

**Art. 24.** *Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.*

**§ 1º** *O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.*

**§ 2º** *O árbitro será escolhido dentre os juízes leigos.*

**Art. 25.** *O árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do Juiz, na forma dos arts. 5º e 6º desta Lei, podendo decidir por equidade.*

**Art. 26.** *Ao término da instrução, ou nos cinco dias subsequentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz togado para homologação por sentença irrecorrível.*

## 8. Qual a defesa do executado nos autos da execução?

Na execução poderá o executado oferecer embargos, arguindo:

- a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;
- b) manifesto excesso de execução;
- c) erro de cálculo;
- d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

## 9. Sendo permitido pedido genérico, também se permitirá sentença ilíquida?

Não, no âmbito dos juizados fica vedado ao juiz proferir sentença ilíquida, ainda que o pedido seja genérico, nos termos do artigo 38:

**Parágrafo único.** *Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.*

## 10. Qual o efeito atribuído ao recurso inominado?

Em regra, o recurso inominado será apenas o efeito devolutivo, contudo, o juiz poderá conceder o efeito suspensivo em caso de dano irreparável à parte.

**Art. 43.** *O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.*





## 11. Permite-se, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, o deferimento de medidas cautelares ou elas são incompatíveis com a Lei?

O juiz poderá deferir as medidas cautelares para evitar danos de difícil reparação (**Art. 4º**).

## 12. Admite-se interposição de recurso contra decisões interlocutórias?

A regra geral estabelece que somente será admitido recurso de sentença definitiva, exceto nos casos de deferimento de medidas cautelares (**Art. 5º**).

## 13. Como se dão as intimações?

As intimações serão feitas na pessoa dos advogados ou dos procuradores, pessoalmente ou por via postal. No caso de sentença, quando não proferida em audiência, a intimação se dará por ARPM (aviso de recebimento em mão própria). Ainda, os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes por meio eletrônico (**Art. 8º, parágrafos 1º e 2º**).

## 14. As decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Federais estão sujeitas ao reexame necessário?

Não, conforme **artigo 13**, para as causas de que trata a Lei dos Juizados Especiais Federais não haverá reexame necessário.

## 15. Há previsão para uniformização de jurisprudência?

Sim. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais (**Art. 14**).

**Art. 14.** Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

**§ 1º** O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

**§ 2º** O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

**§ 3º** A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

**§ 4º** Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

**§ 5º** No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.



*§ 6o Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.*

*§ 7o Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.*

*§ 8o Decorridos os prazos referidos no § 7o, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.*

*§ 9o Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6o serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.*

*§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.*

## 16. Como se dará o cumprimento de sentença em obrigação de fazer e em obrigação de pagar quantia certa?

Tratando-se de obrigação de fazer, esta será efetuada mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, acompanhada da sentença (**Art. 16**). No caso de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado, o pagamento deverá ser realizado no prazo de 60 dias contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório (**Art. 17**). Importante observar o limite de 60 vezes o salário mínimo:

### **Art. 17**

*§ 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput).*

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1. (Instituto AOC/2024/Técnico Judiciário/TRF 2ª Região) Fernando, médico, pretende propor ação em face de Tuane, nutricionista, para a cobrança de obrigação não paga no prazo fixado. O valor da dívida é de R\$ 1.000 (mil reais), conforme indicado na nota promissória. Com base nessas informações, Fernando poderá propor ação no**

- A) Juizado Especial Cível.
- B) Juizado Especial Federal Cível.
- C) Juizado Especial da Fazenda Pública.
- D) Tribunal Regional Federal.
- E) Tribunal Regional do Trabalho.

---

**2. (FCC/2023/ TRT 18ª Região/Técnico Judiciária/Agente da Polícia Judicial) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. A competência do Juizado Especial Cível, entre outras hipóteses, na forma da Lei nº 9.099/1995, é das causas cujo valor não EXCEDA a**

- A) 30 vezes o salário-mínimo.
- B) 10 vezes o salário-mínimo.
- C) 25 vezes o salário-mínimo.
- D) 40 vezes o salário-mínimo.
- E) 20 vezes o salário-mínimo.

---

**3. (FCC/2025/TRT 6ª Região PE/Analista Judiciário/Área Judiciária) Antônia contratou pacote de viagem com determinada empresa de turismo. A empresa deixou de cumprir o contrato, frustrando a viagem internacional que seria realizada por Antônia. Em razão disso, Antônia ajuizou ação de indenização com valor da causa superior a 40 salários-mínimos para reparação dos danos materiais e morais suportados. Sabendo que, voluntariamente, Antônia optou por ajuizar a ação perante o Juizado Especial Cível — JEC em razão da celeridade do rito processual, de acordo com a Lei nº 9.099/1995, a ação deverá seguir o rito**

- A) sumaríssimo, importando em renúncia ao crédito excedente, excetuada a hipótese de conciliação.
- B) ordinário, perante o Juizado Especial Cível, importando em renúncia ao crédito excedente, inclusive na hipótese de conciliação.
- C) sumaríssimo, porém encaminhando-se os autos à Vara Cível competente.



- D) ordinário, encaminhando-se os autos à Vara Cível competente.
- E) sumaríssimo, importando em renúncia ao crédito excedente, inclusive na hipótese de conciliação.

---

**4. (FCC/2025/ TRT 6ª Região/Técnico Judiciário/Agente da Polícia Judicial) De acordo com o teor da Lei nº 9.099/1995, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela(o) ( I ). para ( II ), nas causas de sua competência. Preenchem, cometa e respectivamente, as lacunas I e II:**

- A) União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados - processo e julgamento, apenas
- B) União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados - conciliação, processo, julgamento e execução
- C) Estado, privativamente - conciliação, processo, julgamento e execução
- D) Distrito Federal e pelos Territórios - conciliação, processo e julgamento, apenas
- E) União, no Distrito Federal, e pelos Estados - julgamento e execução, apenas

---

**5. (FCC/2024/ TRT 11ª Região/Analista Judiciário) Segundo o disposto na Lei nº 9.099/1995, podem figurar como parte autora no Juizado Especial Cível**

- A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- B) os menores de 16 anos.
- C) os insolventes civis.
- D) os presos.
- E) as pessoas jurídicas de direito público.

---

**6. (FCC/2024/CETESB/Advogado) Marcelo é professor universitário e pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é de sessenta vezes o salário-mínimo, que é o que ele deseja receber. Letícia é advogada e pretende propor uma ação de despejo para uso próprio. Amaury, que cometeu um crime quando tinha 20 anos e permanece preso até o momento, pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é quarenta vezes o salário-mínimo. Considerando apenas as informações fornecidas, com base na Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), perante o Juizado Especial Cível competente**

- A) pode propor ação apenas Amaury.



- B) pode propor ação apenas Marcelo.
- C) podem propor ação Marcelo, Letícia e Amaury.
- D) pode propor ação apenas Letícia.
- E) podem propor ação apenas Marcelo e Amaury.

---

**7. (FCC/2024/ TRF 3ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária)** Alice conduzia seu veículo, em determinada rodovia federal, em velocidade superior é permitida, sendo parada em posto da polícia rodoviária federal e multada pelo agente federal que ali trabalhava. Neste momento, passou a ofendê-lo verbalmente em razão da função. Alice foi conduzida à repartição pública competente para lavratura de Termo Circunstanciado objetivando apuração de crime, em tese, de desacato. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, após a colheita de todas as informações necessárias e, por não fazer jus a qualquer benefício, em razão de possuir péssimos antecedentes e ser reincidente, Alice é denunciada pelo Ministério Público Federal pelo crime do artigo 331, do Código Penal (desacato), seguindo-se o rito do procedimento sumaríssimo previsto na lei nº 9.099/1995 (art. 1º da Lei nº 10.259/2001). O Magistrado competente, em decisão fundamentada, rejeita a denúncia apresentada pelo Parquet. Nesse caso, Inconformado, o Ministério Público Federal poderá interpor

- A) recurso inominado, no prazo de 5 dias.
- B) apelação, no prazo de 5 dias.
- C) apelação, no prazo de 10 dias.
- D) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- E) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

---

**8. (FCC/2019/TRF 4ª REGIÃO/Técnico Judiciário) Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:**

- A) São regidos pela Lei nº 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
- B) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- C) Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.



D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.

E) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

---

**9. (FCC/2019/TRF 3ª REGIÃO/Técnico Judiciário) De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, com algumas exceções. NÃO são excluídas da competência do Juizado Especial Federal Cível as ações**

- A) de mandado de segurança.
- B) que versarem sobre bens imóveis da União.
- C) que versarem sobre direitos ou interesses difusos.
- D) de desapropriação de bens móveis.
- E) para a anulação de lançamento fiscal.

## Gabarito

GABARITO



1	A
2	D
3	A
4	B
5	A
6	D
7	C
8	E
9	E





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.